

# Enel Cien S.A.

CNPJ: 01.983.856/0001-97

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes

## Enel Cien S.A.

### Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

#### Índice

Relatório da Administração.....	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado.....	13
Demonstrações do resultado abrangente .....	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	15
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores acionistas, a Administração da Enel Cien S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

### Diretoria executiva

	Cargo
Rosario Zaccaria	Diretor-Presidente
Francesco Tutoli	Diretor Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras
Vago	Diretor de Comunicação
Vago	Diretor de Operações
Alain Rosolino	Diretor de Pessoas e Organização
Anna Paula Hiotte Pacheco	Diretor de Regulação
Vago	Diretor Jurídico

### Fabio Romanin

Relações com investidores

### Alan dos Reis Santos – CRC SP244288 / O-2

Contador responsável



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da

### Enel Cien S.A.

Rio de Janeiro - RJ

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Cien S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Cien S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

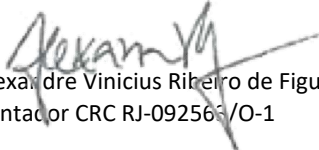
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-2-F-RJ

  
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.304	30.479
Títulos e valores mobiliários	4	38	12.024
Contas a receber de clientes e outros recebíveis		-	106
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	5	10.637	-
Outros tributos compensáveis	5	943	2.071
Disponível para venda	7	-	6.629
Outros créditos		9	2.273
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>22.931</b>	<b>53.582</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Mútuo a receber	6	947.531	867.408
Outros tributos compensáveis	5	36.675	35.392
Depósitos vinculados	12	25.046	24.351
Tributos diferidos	17	910	8.608
Investimento	7	10.375	-
Imobilizado	8	-	4.574
Intangível	9	-	6.045
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.020.537</b>	<b>946.378</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.043.468</b>	<b>999.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b><u>Passivo circulante</u></b>			
Fornecedores	10	2.103	6.213
Obrigações por arrendamentos		-	160
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	4.613
Outras obrigações fiscais		2.668	2.162
Dividendos a pagar	13	405.376	225.558
Salários, provisões e encargos sociais		49	222
Encargos setoriais	11	-	3.040
Outras obrigações		2.523	21.752
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>412.719</b>	<b>263.720</b>
<b><u>Passivo não circulante</u></b>			
Obrigações por arrendamentos		-	743
Provisões para processos judiciais e outros riscos	12	2.014	1.939
Outras obrigações		26	26
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>2.040</b>	<b>2.708</b>
<b><u>Patrimônio líquido</u></b>			
	13		
Capital social		285.045	285.045
Reserva de lucros		335.738	447.963
Outros resultados abrangentes		7.926	524
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>628.709</b>	<b>733.532</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.043.468</b>	<b>999.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2024	2023
<b>OPERAÇÕES EM CONTINUIDADE</b>			
<b><u>Receitas (despesas) operacionais</u></b>	<b>15</b>		
Despesas gerais e administrativas		(16.857)	(4.134)
Outras receitas operacionais		20.651	-
<b>Total receitas (despesas) operacionais</b>		<b>3.794</b>	<b>(4.134)</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(3.658)	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>		<b>136</b>	<b>(4.134)</b>
<b><u>Resultado financeiro</u></b>	<b>16</b>		
Receitas financeiras		105.767	106.033
Despesas financeiras		(124)	(2.243)
Variações cambiais líquidas		42	87
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>105.685</b>	<b>103.877</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>105.821</b>	<b>99.743</b>
<b><u>Imposto de renda e contribuição social</u></b>	<b>17</b>		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(30.532)	(214.910)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7.698)	(25.183)
<b>Total dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(38.230)</b>	<b>(240.093)</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício proveniente de operações em continuidade</b>		<b>67.591</b>	<b>(140.350)</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>			
Resultado líquido proveniente de operações descontinuadas		-	610.033
<b>Lucro líquido do exercício proveniente de operações descontinuadas</b>		<b>-</b>	<b>610.033</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>67.591</b>	<b>469.683</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação em R\$ - básico e diluído</b>	<b>13</b>	<b>0,2371</b>	<b>1,6478</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>67.591</b>	<b>469.683</b>
<b><u>Outros resultados abrangentes</u></b>		
<b>Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	7.404	(2.255)
<b>Total dos resultados abrangentes do exercício</b>	<b>74.995</b>	<b>467.428</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>285.045</b>	<b>57.011</b>	<b>38.717</b>	<b>95.569</b>	-	<b>2.779</b>	<b>479.121</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	469.683	-	469.683
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	(2.255)	(2.255)
<b>Transações com os acionistas</b>							
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(27)	(95.569)	-	-	(95.596)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(117.421)	-	(117.421)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	352.262	-	(352.262)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>285.045</b>	<b>57.011</b>	<b>390.952</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>524</b>	<b>733.532</b>
<b>Resultado abrangente total:</b>							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	67.591	-	67.591
Efeitos da hiperinflação sobre investimento no exterior	-	-	-	-	-	7.404	7.404
<b>Transações com os acionistas</b>							
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(162.920)	-	-	-	(162.920)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(16.898)	-	(16.898)
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>							
Reserva para reforço de capital de giro	-	-	50.693	-	(50.693)	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>285.045</b>	<b>57.011</b>	<b>278.725</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.928</b>	<b>628.709</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	31.12.2024	31.12.2023
<b><u>Atividades operacionais</u></b>		
Lucro líquido do exercício	67.591	469.683
<b><u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais</u></b>		
Depreciação e amortização	1.097	-
Atualização depósitos judiciais	(695)	(2.053)
Atualização monetária de processos judiciais	74	-
Provisões para processos judiciais e outros riscos	2.448	1.064
Juros sobre obrigações de arrendamento	-	140
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(105.568)	(27.933)
Baixa de ativo intangível	5.746	-
Baixa de ativo imobilizado	3.477	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	7.698	25.183
Equivalência patrimonial	3.658	-
<b><u>Redução (aumento) dos ativos</u></b>		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(9.196)	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(10.637)	(6.073)
Outros tributos compensáveis	(155)	(8.289)
Depósitos vinculados	-	(22.287)
Outros créditos	1.650	(1.894)
<b><u>Redução (aumento) dos passivos</u></b>		
Fornecedores	(4.110)	(14.738)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	34.662	214.910
Outras obrigações fiscais	506	(2.143)
Salários, provisões e encargos sociais	(173)	(2.441)
Encargos setoriais	(3.040)	(3.621)
Outras obrigações	(19.219)	16.594
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(10)	(130)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(39.275)	(137.015)
Pagamento de processos judiciais e outros riscos	(2.447)	-
Recebimento de juros (mútuos concedidos)	25.445	-
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	<b>(40.473)</b>	<b>498.957</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>36.198</b>
<b><u>Atividades de investimentos</u></b>		
Resgates de investimento de curto prazo	-	2.794
Títulos e valores mobiliários	11.986	(9.322)
Empréstimos concedidos	-	(839.475)
Recebimento de venda de ativo imobilizado	9.302	870.644
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos</b>	<b>21.288</b>	<b>24.641</b>
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimentos descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>(544.585)</b>
<b><u>Atividades de financiamentos</u></b>		
Pagamento de obrigações por arrendamento (principal)	10	(185)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>10</b>	<b>(185)</b>
<b>Variação no caixa líquido</b>	<b>(19.175)</b>	<b>15.026</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	30.479	15.453
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.304</b>	<b>30.479</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **1. Contexto operacional**

---

A Enel Cien S.A. (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, é controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as conversoras de Garabi I e Garabi II localizadas em Garruchos-RS, e suas respectivas Linhas de Transmissão de 525kV, que totalizam 743km de extensão, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida (“RAP”), pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A equiparação comercial e técnica da Companhia à transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 9 (nove) anos para Garabi I, cujo término da vigência foi em 20 de junho de 2020, e de 11 (onze) anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

O Ministério de Minas e Energia havia designado a Enel CIEN para operar as conversoras Garabi I e Garabi II e seus sistemas de transmissão associados até a realização de licitação para assunção de um novo operador (respectivamente, através das portarias nos 245 de 16 de junho de 2020 e 671 de 25 de julho de 2022). As condições de designação seguiram o modelo de RAP acima descrito, com revisão de RAP a cada cinco anos.

### **Continuidade operacional**

O modelo de negócios está sendo revisto, tendo em vista que a Companhia operou por designação até 30 de março de 2023, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1. No entanto, a Companhia continuará ativa, dentro do contexto de negócios do Grupo Enel, estudando alternativas para novos negócios. Enquanto o Grupo Enel analisa tais alternativas, cabe mencionar que a Companhia possui caixa suficiente para honrar compromissos futuros, decorrente dos recursos recebidos na operação de indenização das vendas de suas linhas de transmissão, além da geração de receita financeira oriunda de rendimento de aplicações financeiras (nota 3), bem como de mútuos com partes relacionadas (nota 6).

#### **1.1 Operação descontinuada**

##### **Venda dos ativos de transmissão**

Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5, a Companhia optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023 e, até essa data, a Companhia operou por designação.

Após cumpridas todas as obrigações previstas no edital de “leilão de licitação”, como a transferência de todos os ativos vinculados à concessão, o novo operador assinou em 30 de março de 2023 o contrato de concessão das linhas de transmissão Garabi I e Garabi II, sendo efetuado nesta mesma data o pagamento dos bens indenizáveis no valor de R\$ 870.644. O novo operador não executou a opção constante em edital de contratar a Enel CIEN pelo período de até 3 meses, a título de período de transição das operações.

Em 30 de março de 2023, a Companhia reconheceu o correspondente efeito da baixa dos ativos vinculados à concessão das linhas de transmissão, e encerrou o processo de venda. Dessa forma, o efeito das operações descontinuadas de 2023, estão demonstradas para fins comparativos, já que não há operações descontinuadas para o exercício de 2024.

## **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

---

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 2.1. Base de preparação

#### 2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis materiais de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia na sua gestão

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2025.

#### 2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

#### 2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

### 2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis materiais atualmente utilizadas pela Companhia:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis - Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	Estabelece requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior	Define a responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa e CPC 40 - Instrumentos financeiros - evidenciação - Acordos de financiamento de fornecedores	Define requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024

### 2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, e ainda não estão em vigentes. A Companhia está avaliando os impactos dessas novas normas, e se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

As principais alterações estão descritas a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para os períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras (o CPC ainda não se pronunciou como será a efetiva adesão ao IFRS 18, por uma nova norma ou alteração do CPC 26)	<p>Demonstração do resultado: Classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.</p> <p>As medidas de desempenho definidas pela administração (são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.</p> <p>Orientações aprimoradas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.</p>	1º de janeiro de 2027
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Ausência de conversibilidade	<p>A falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.</p>	1º de janeiro de 2025
CPC 48 - Instrumentos financeiros e CPC 40 - Instrumentos financeiros: Evidenciação - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	<p>De acordo com as alterações, a empresa geralmente desreconhece suas contas a pagar na data de liquidação quando ela usa um sistema de pagamento eletrônico que atende a todos os seguintes critérios: (i) nenhuma capacidade prática de retirar, interromper ou cancelar a instrução de pagamento; (ii) nenhuma capacidade prática de acessar o dinheiro a ser usado para liquidação como resultado da instrução de pagamento; e (iii) o risco de liquidação associado ao sistema de pagamento eletrônico é insignificante.</p> <p>Requisitos de classificação e mensuração no CPC 48 Instrumentos Financeiros – incluindo a classificação de ativos financeiros com um recurso vinculado a ESG. As novas alterações ajudarão as empresas a avaliar se os ativos financeiros com características ESG atendem ao critério de pagamentos somente de principal e juros.</p>	1º de janeiro de 2026
		1º de janeiro de 2026

## 2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas:

- Nota 12 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota 19 – Instrumentos financeiros.

## 3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

**Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2024	31.12.2023
Caixa e contas correntes bancárias	2.452	1.647
<b>Aplicações financeiras</b>		
CDB (Aplicações diretas)	8.852	28.832
<b>Total</b>	<b>11.304</b>	<b>30.479</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As aplicações financeiras, representadas principalmente por Certificados de depósitos bancários - CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os CDBs foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em média, a 98% do CDI (103,25% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

### 4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos são classificados como valor justo por meio do resultado, referem-se principalmente a investimento em Fundos de Investimento e Títulos Públicos. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são representados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
<b>Fundos de investimentos não exclusivos</b>	4.1	-	8.800
		-	<b>8.800</b>
<b>Fundos de investimentos exclusivos</b>	4.2		
Títulos públicos		38	2.990
LF - Letra Financeira		-	234
		<b>38</b>	<b>3.224</b>
<b>Total</b>		<b>38</b>	<b>12.024</b>

4.1. A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de Investimento não exclusivo, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As aplicações em fundos de investimento foram remuneradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em média, a 103,25% do CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não há saldos de fundos não exclusivos.

4.2. Fundos de investimento exclusivos do Grupo Enel, no qual a Companhia é uma das cotistas e apresenta 0,10% de representatividade sobre o total do fundo em 31 de dezembro de 2024 (0,23% em 31 de dezembro de 2023).

### 5. Imposto de renda, contribuição social e outros tributos compensáveis

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os montantes de imposto de renda e contribuição social a compensar e a pagar estão apresentados de forma líquida entre ativo e passivo, portanto, em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de imposto de renda e contribuição social a pagar, já que o saldo líquido é a compensar. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo líquido é a pagar, conforme quadro a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Imposto de renda e contribuição social compensáveis</b>		
Imposto de renda	33.153	1.857
Contribuição social	7.267	16
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	749	10.741
	<b>41.169</b>	<b>12.614</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social a pagar</b>		
Imposto de renda	(22.444)	(12.665)
Contribuição social	(8.088)	(4.562)
	<b>(30.532)</b>	<b>(17.227)</b>
<b>Total</b>	<b>10.637</b>	<b>(4.613)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O saldo de outros tributos compensáveis é como segue:

		31.12.2024		31.12.2023	
	Nota	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS		749	-	749	-
Pis e Cofins	5.1	194	36.675	1.322	35.392
<b>Total</b>		<b>943</b>	<b>36.675</b>	<b>2.071</b>	<b>35.392</b>

5.1 O saldo de PIS e COFINS a compensar, refere-se principalmente a pagamentos a maior realizado em anos anteriores. Como consequência, a Companhia entrou com pedido de compensação dos valores pagos a maior e aguarda homologação da Secretaria da Receita Federal para proceder a compensação ou restituição dos montantes envolvidos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 6. Mútuo a receber

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 dos empréstimos de mútuos a receber, com partes relacionadas, são demonstrados como segue:

	Não circulante		31.12.2024	Não circulante		31.12.2023
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
<b>Moeda nacional - partes relacionadas</b>						
Mútuo I Ampla	70.794	12.707	83.501	70.794	2.963	73.757
Mútuo II Ampla	91.018	15.370	106.388	91.018	3.482	94.500
Mútuo III Ampla	40.459	6.243	46.702	40.459	1.349	41.808
Mútuo I Enel Brasil	252.847	43.190	296.037	252.848	9.004	261.852
Mútuo II Enel Brasil	101.143	4.526	105.669	101.143	3.170	104.313
Mútuo III Enel Brasil	151.721	22.224	173.945	151.721	4.360	156.081
Mútuo IV Enel Brasil	131.492	3.797	135.289	131.492	3.605	135.097
<b>Total</b>	<b>839.474</b>	<b>108.057</b>	<b>947.531</b>	<b>839.475</b>	<b>27.933</b>	<b>867.408</b>

As principais informações sobre os contratos de mútuo vigentes, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão detalhadas a seguir:

(a) Mútuo concedidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Descrição	Valor concedido	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	31.12.2024
Mútuo I Ampla	70.794	25/8/2023	24/8/2025	CDI + 1,67%	Bullet	Bullet	83.501
Mútuo II Ampla	91.018	15/9/2023	14/9/2025	CDI + 1,57%	Bullet	Bullet	106.388
Mútuo III Ampla	40.459	16/10/2023	15/10/2025	CDI + 1,42%	Bullet	Bullet	46.702
Mútuo I Enel Brasil	252.848	5/9/2023	5/9/2025	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	296.038
Mútuo II Enel Brasil	101.143	5/10/2023	5/9/2025	CDI + 1,40%	Bullet	Bullet	105.669
Mútuo III Enel Brasil	151.721	16/10/2023	16/9/2025	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	173.945
Mútuo IV Enel Brasil	131.492	25/10/2023	25/9/2025	CDI + 0,85%	Bullet	Bullet	135.289

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 28 e 30 de agosto de 2024, em reunião de conselho da administração da Ampla e da Controladora Enel Brasil respectivamente, foram aprovadas as prorrogações dos vencimentos originais dos contratos de mútuos por mais doze meses. Dessa forma o vencimento vigente é como apresentado na tabela anterior.

A movimentação é como segue:

	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-
Empréstimos concedidos	839.475	839.475
Encargos provisionados	27.933	27.933
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>867.408</b>	<b>867.408</b>
Encargos provisionados	105.568	105.568
Encargos recebidos	(25.445)	(25.445)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>947.531</b>	<b>947.531</b>

### 7. Investimento

A Companhia possui investimentos em duas empresas argentinas Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – TESA, em que não possui o controle, ou seja, não tem influência significativa sobre as investidas que estão registradas pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

						31.12.2024
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Prejuízo do exercício
CTM	25,851%	9.638	17.698	18.980	6.511	(4.607)
TESA	39,850%	4.859	14.554	16.369	6.507	(6.621)
<b>Total</b>		<b>14.497</b>	<b>32.252</b>	<b>35.349</b>	<b>13.018</b>	<b>(11.228)</b>

	Nota	31.12.2023				31.12.2024
		Saldo inicial	Reclassificação de disponível para venda para investimentos	Equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Total
CTM	7.1	-	2.738	(1.112)	2.940	4.566
TESA	7.1	-	3.891	(2.546)	4.464	5.809
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>6.629</b>	<b>(3.658)</b>	<b>7.404</b>	<b>10.375</b>

7.1. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reclassificou para disponível para venda o montante de R\$ 6.629, referente ao saldo dos seus investimentos nas empresas argentinas Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A – CTM e Transportadora de Energia S.A – TESA. Dessa forma, o resultado da equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi considerado como operação descontinuada no montante de R\$ 3.835. No entanto, após reavaliação da venda, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não tem mais a intenção de venda das referidas Companhias.

### 8. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, nenhum *impairment* foi registrado.

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2024 e 2023:

	31.12.2023	Depreciação	Baixa	31.12.2024
<b><u>Imobilizado em serviço</u></b>				
Máquinas e equipamentos	1.172	-	(1.172)	-
Veículos	4.079	-	(4.079)	-
Móveis e utensílios	4.872	-	(4.872)	-
	<b>10.123</b>	<b>-</b>	<b>(10.123)</b>	<b>-</b>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>				
Máquinas e equipamentos	(849)	(734)	1.583	-
Veículos	(3.615)	(128)	3.743	-
Móveis e utensílios	(1.878)	(235)	2.113	-
	<b>(6.342)</b>	<b>(1.097)</b>	<b>7.439</b>	<b>-</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>3.781</b>	<b>(1.097)</b>	<b>(2.684)</b>	<b>-</b>
<b><u>Ativo de direito de uso</u></b>				
Imóveis	734	-	(734)	-
Veículos	59	-	(59)	-
	<b>793</b>	<b>-</b>	<b>(793)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>4.574</b>	<b>(1.097)</b>	<b>(3.477)</b>	<b>-</b>

8.1 Em 30 de setembro de 2024, a Companhia realizou a venda de bens imobilizados para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, no valor total de R\$ 7.006, líquidos de impostos. O valor da venda foi recebido na sua integralidade em novembro de 2024. Em decorrência da venda a Companhia efetuou baixas de imobilizado de R\$ 1.586, gerando um ganho de R\$ 5.421 (nota explicativa nº 15).

Adicionalmente, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia procedeu análises dos itens de imobilizado e intangível e concluiu pela desativação de ativos administrativos, ocasionando baixas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



de R\$ 1.098 no ativo imobilizado e de R\$ 5.746 no ativo intangível. o efeito líquido das referidas desativações foi R\$ 6.844 (nota explicativa nº 15).

	31.12.2022	Depreciação	Reclassificação (a)	31.12.2023
<b><u>Imobilizado em serviço</u></b>				
Máquinas e equipamentos	-	-	1.172	1.172
Veículos	-	-	4.079	4.079
Móveis e utensílios	-	-	4.872	4.872
	-	-	<b>10.123</b>	<b>10.123</b>
<b><u>Depreciação acumulada</u></b>				
Máquinas e equipamentos	-	(191)	(658)	(849)
Veículos	-	(211)	(3.404)	(3.615)
Móveis e utensílios	-	(165)	(1.713)	(1.878)
	-	<b>(567)</b>	<b>(5.775)</b>	<b>(6.342)</b>
<b>Total do imobilizado</b>	-	<b>(567)</b>	<b>4.348</b>	<b>3.781</b>
<b><u>Ativo de direito de uso</u></b>				
Imóveis	847	(113)	-	734
Veículos	194	(135)	-	59
	<b>1.041</b>	<b>(248)</b>	-	<b>793</b>
<b>Total</b>	<b>1.041</b>	<b>(815)</b>	<b>4.348</b>	<b>4.574</b>

(a) Refere-se aos valores dos bens ativos administrativos (não elétricos), que não compõem a base de remuneração para a venda dos ativos, com isso foram reclassificados do disponível para venda para a base de ativos da Companhia.

<b>Ativo de direito de uso</b>	<b>Prazo médio contratual remanescente (anos)</b>
Imóveis	6,75
Veículos	0,83

### 9. Intangível

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, o ativo intangível da Companhia era composto por softwares, amortizado a uma taxa de 20% a.a. Não há saldo de ativo intangível em 31 de dezembro de 2024.

31.12.2023

	Total
Software	6.045
<b>Total</b>	<b>6.045</b>

### Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	31.12.2023	Amortização	Baixas	31.12.2024
<b><u>Intangível em serviço</u></b>				
Software	709	(299)	(410)	-
	<b>709</b>	<b>(299)</b>	<b>(410)</b>	<b>-</b>
<b><u>Intangível em curso</u></b>				
Software	5.336	-	(5.336)	-
	<b>5.336</b>	<b>-</b>	<b>(5.336)</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>6.045</b>	<b>(299)</b>	<b>(5.746)</b>	<b>-</b>

	31.12.2022	Amortização	Transferências	31.12.2023
<b><u>Intangível em serviço</u></b>				
Software	-	(4.853)	-	(4.853)
Transferência do disponível para venda	-	-	5.562	5.562
	<b>-</b>	<b>(4.853)</b>	<b>5.562</b>	<b>709</b>
<b><u>Intangível em curso</u></b>				
Software	-	-	5.336	5.336
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.336</b>	<b>5.336</b>
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(4.853)</b>	<b>10.898</b>	<b>6.045</b>

9.1 Para mais informações sobre as baixas no montante de R\$ 5.746, vide nota explicativa nº 8.1.

## 10. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2024	31.12.2023
Materiais e serviços	2.103	4.823
Materiais e serviços - partes relacionadas	-	1.390
<b>Total</b>	<b>2.103</b>	<b>6.213</b>

### 11. Encargos setoriais

Os encargos setoriais estão estabelecidos por leis, aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL, e cada uma das taxas possui objetivos predefinidos.

	31.12.2024	31.12.2023
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	2.522
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	111
Outros	-	407
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.040</b>

### 12. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

#### Decisão STF – Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 12.1 Contingência com risco provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

#### Depósitos vinculados

	31.12.2023	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2024	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	330	1	-	27	(1)	357	12	12
Cíveis	7	5	(2)	-	(2)	8	-	-
Fiscais	1.602	2.444	-	47	(2.444)	1.649	25.034	24.339
<b>Total</b>	<b>1.939</b>	<b>2.450</b>	<b>(2)</b>	<b>74</b>	<b>(2.447)</b>	<b>2.014</b>	<b>25.046</b>	<b>24.351</b>

#### Depósitos vinculados

	31.12.2022	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2023	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	299	1	30	-	330	12	11
Cíveis	3	4	-	-	7	-	-
Fiscais	573	564	1.028	(563)	1.602	24.339	-
<b>Total</b>	<b>875</b>	<b>569</b>	<b>1.058</b>	<b>(563)</b>	<b>1.939</b>	<b>24.351</b>	<b>11</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Houve incremento na provisão trabalhista em razão de decisão em processo envolvendo verbas salariais diversas, a qual é objeto de recurso, com chances de mudanças em instâncias superiores.

### Processo fiscal

A Companhia discute em execução fiscal supostos débitos de PIS e COFINS materializados em 7 inscrições em dívida ativa. Após decisão parcialmente favorável foi decretada a nulidade de 4 inscrições e reconhecida a decadência de 1 inscrição em dívida ativa, bem como a redução parcial das outras duas inscrições remanescentes. A Companhia aguarda o retorno dos autos ao tribunal de origem para a liquidação da parte incontroversa. Em 31 de dezembro de 2024, o valor atualizado do processo é de R\$ 1.427.

A Companhia discute outros temas de natureza fiscal, no valor de R\$ 223.

### 12.2 Contingência com risco possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	975	870
Cíveis	784.058	716.533
Fiscais	49.592	51.745
<b>Total</b>	<b>834.625</b>	<b>769.148</b>

#### a) Trabalhistas

No âmbito trabalhista, refere-se a ações de empregados próprios e terceiros. Nesse caso, englobam ações de empresas terceirizadas ativas no mercado e/ou com contratos ativos. A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

#### b) Cíveis

O principal processo refere-se a Tractebel x CIEN: A empresa Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do contrato de compra e venda de 330MW de potência firme e energia associada proveniente da Argentina, firmado em 20 de outubro de 1999. Dessa forma, a Tractebel requereu a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada. O processo foi retomado e iniciada a fase de instrução com a realização de perícia que foi concluída. Em fevereiro de 2023 foi proferida decisão de 1º instância favorável à Companhia. Apresentado recurso por Tractebel em 2º instância. Em 2024 recurso de Tractebel foi negado provimento. Apresentado recursos cabíveis ao Tribunais Superiores, que ainda estão pendentes de julgamento.

A probabilidade de perda do caso está baseada no fato de Tractebel ter ignorado a existência de notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005 e os seus consequentes eventos. A Companhia entende que neste caso pode ser aplicado a força maior impedindo do cumprimento do contrato existente à época. A multa rescisória corresponde a R\$ 783.442 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 658.316 em 31 de dezembro de 2023), podendo ainda outros valores serem adicionados, referentes a outras penalidades contratuais.

#### c) Fiscais

Os principais processos estão listados como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Companhia discute em ação rescisória cobrança de diferencial de alíquota de ICMS incidente nas importações de equipamentos feitas através do Estado do Rio de Janeiro e transferidas ao Estado do Rio Grande do Sul, destinadas ao ativo fixo. O valor envolvido no processo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 22.368 (R\$ 21.475 em 31 de dezembro de 2023)

A Companhia discute em duas Execuções Fiscais cobranças de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS objeto de compensações não homologadas pela RFB, sob o argumento de inexistência dos débitos tributários utilizados nas compensações, decorrentes de pagamentos a maior de PIS e COFINS. O valor envolvido nos dois processos em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 25.770 (R\$ 22.691 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de ISS e multa no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2024 de R\$ 26 (R\$ 8 em 31 de dezembro de 2023).

### 13. Patrimônio líquido

#### 13.1 Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A	285.044.682	100,00%	285.044.682	100,00%
<b>Total</b>	<b>285.044.682</b>	<b>100,00%</b>	<b>285.044.682</b>	<b>100,00%</b>

#### 13.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente. A Companhia deixou de constituir reserva legal por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

#### 13.3 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, após as deduções legais.

	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício		67.591	469.683
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>		<b>67.591</b>	<b>469.683</b>
Dividendo mínimo obrigatório		(16.898)	(117.421)
Reserva para reforço de capital de giro	(a)	(50.693)	(352.262)
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>-</b>

- (a) O montante de R\$ 50.693 destinado como reserva para reforço de capital de giro, ultrapassaria o limite previsto no art.199 da Lei nº6.404/76. Desse modo, será proposto para deliberação em AGO a decisão sobre o montante excedente que poderá ser capitalização total ou parcialmente, assim como proposta para dividendo adicional a pagar.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### Aprovação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2023, no montante de R\$ 469.683, sendo que desse montante: R\$ 117.421 na forma de dividendos mínimos obrigatórios, R\$ 352.262 na forma reserva para reforço de capital de giro e em ato contínuo a imediata distribuição de parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro no valor de R\$ 162.920 a título de dividendos adicionais.

### 13.4 Dividendos a pagar

A movimentação dos dividendos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é como segue:

	31.12.2024	31.12.2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>225.558</b>	<b>12.541</b>
<b>Efeito não caixa</b>		
Dividendos adicionais propostos	162.920	95.596
Dividendo mínimo obrigatório	16.898	117.421
<b>Saldo final</b>	<b>405.376</b>	<b>225.558</b>

### 14. Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro líquido do exercício	67.591	469.683
Número de ações	285.044.682	285.044.682
<b>Resultado - básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>0,2371</b>	<b>1,6478</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 15. Receitas (despesas) operacionais

		2024			2023	
	Nota	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas operacionais	Total	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal		-	-	-	(1.242)	(1.242)
Material		-	-	-	(2)	(2)
Serviço de terceiros		(4.179)	-	(4.179)	(1.739)	(1.739)
Aluguéis e arrendamentos		-	-	-	362	362
Depreciação e amortização		(1.395)	-	(1.395)	(248)	(248)
Provisões para processos judiciais e outros riscos		(2.448)	-	(2.448)	(569)	(569)
Ganhos na alienação	15.1	-	5.421	5.421	-	-
Perda na desativação de bens	15.1	(6.844)	-	(6.844)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15.1	(1.991)	15.230	13.239	(696)	(696)
<b>Total</b>		<b>(16.857)</b>	<b>20.651</b>	<b>3.794</b>	<b>(4.134)</b>	<b>(4.134)</b>

**15.1** No 2º semestre de 2024 a Companhia finalizou com a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, o novo operador da concessão, o levantamento dos ativos que não foram vendidos na transferência da concessão, gerando uma venda adicional de ativos imobilizados conforme descrito na nota explicativa nº 8.1. Adicionalmente, a companhia realizou baixa de imobilizados e intangíveis que não fizeram parte desse novo contrato com a TAESA e a baixa de ativos e passivos que estavam relacionados a operação da concessão.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 16. Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras		2.472	59.406
Atualização monetária dos depósitos judiciais		695	2.053
Atualização de créditos tributários		1.962	21.847
Mútuos	17	105.796	27.933
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(5.158)	(5.206)
		<b>105.767</b>	<b>106.033</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Variação monetária de processos judiciais e outros		(75)	(1.058)
Atualização de impostos e multas		(23)	(193)
Cartas de fiança e seguros em garantia		(18)	(573)
Imposto sobre operações financeiras - IOF		-	(172)
Juros sobre obrigações de arrendamento		-	(140)
Outras despesas financeiras		(8)	(107)
		<b>(124)</b>	<b>(2.243)</b>
<b>Variações cambiais líquidas</b>			
Outras variações cambiais		42	87
		<b>42</b>	<b>87</b>
<b>Total</b>		<b>105.685</b>	<b>103.877</b>

### 17. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### 17.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2024		2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos</b>				
Correntes	(22.444)	(8.088)	(158.016)	(56.894)
Diferidos	(5.660)	(2.038)	(18.517)	(6.666)
<b>Total</b>	<b>(28.104)</b>	<b>(10.126)</b>	<b>(176.533)</b>	<b>(63.560)</b>
<b>Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
Resultado antes dos tributos	105.821	105.821	709.776	709.776
<b>Adições:</b>				
Gratificação a administradores	-	-	(3)	(3)
Outras despesas indedutíveis	3.032	3.032	-	-
Multas indedutíveis	-	-	289	289
Equivalência patrimonial	3.983	3.983	(3.835)	(3.835)
<b>Total das adições</b>	<b>7.015</b>	<b>7.015</b>	<b>(3.549)</b>	<b>(3.549)</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>112.836</b>	<b>112.836</b>	<b>706.227</b>	<b>706.227</b>
Alíquota nominal dos tributos	15,00%	9,00%	15,00%	9,00%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10,00%	-	10,00%	-
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(28.185)</b>	<b>(10.155)</b>	<b>(176.533)</b>	<b>(63.560)</b>
<b>Total</b>	<b>(28.185)</b>	<b>(10.155)</b>	<b>(176.533)</b>	<b>(63.560)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>26,56%</b>	<b>9,57%</b>	<b>24,87%</b>	<b>8,95%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 17.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços patrimoniais		Resultado	
	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
<b><u>Tributos diferidos ativos:</u></b>				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	1.035	(1.035)	716
Arrendamento - CPC 06 (R2)	-	37	(37)	(18)
Provisão para processos judiciais e outros riscos	685	659	26	362
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	(27.739)
Outras provisões	225	6.877	(6.652)	1.496
<b>Total</b>	<b>910</b>	<b>8.608</b>	<b>(7.698)</b>	<b>(25.183)</b>

#### Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	Após 2028
293	68	68	68	413

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços etc. Tais projeções formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

### 18. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2024 e 2023, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

#### 18.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Dividendos a pagar	Indeterminado	(405.376)	(225.558)	-	-
Compartilhamento de despesas comuns	Fevereiro de 2024	-	(7.399)	-	-
Mútuo	Setembro de 2025	670.481	657.344	79.041	20.140
<b>Total</b>		<b>265.105</b>	<b>424.387</b>	<b>79.041</b>	<b>20.140</b>

#### 18.2 Empresas em controle em comum

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Natureza da operação	Vigência	31.12.2024	31.12.2023	2024	2023
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
<b>Transporte de energia</b>					
EGP BOA VISTA EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	4
EGP CACHOEIRA DOURADA SA	Março de 2023	-	-	-	165
EGP CRISTAL EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP CUMARU 01	Março de 2023	-	1	-	7
EGP CUMARU 02	Março de 2023	-	1	-	7
EGP CUMARU 03	Março de 2023	-	1	-	7
EGP CUMARU 04	Março de 2023	-	1	-	7
EGP CUMARU 05	Março de 2023	-	1	-	6
EGP DAMASCENA EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	7
EGP DELFINA A EOLICA SA	Março de 2023	-	4	-	12
EGP DELFINA B EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP DELFINA C EOLICA SA	Março de 2023	-	-	-	1
EGP DELFINA D EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP DELFINA E EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP DOIS RIACHOS EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	8
EGP EMILIANA EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP ESPERANCA EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	6
EGP FONTES DOS VENTOS 2	Março de 2023	-	2	-	8
EGP FONTES DOS VENTOS 3	Março de 2023	-	2	-	8
EGP HORIZONTE MP SOLAR SA	Março de 2023	-	3	-	10
EGP ITUVERAVA NORTE SOLAR	Março de 2023	-	2	-	3
EGP ITUVERAVA SOLAR	Março de 2023	-	1	-	3
EGP ITUVERAVA SUL SOLAR S	Março de 2023	-	2	-	5
EGP JOANA EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP MANICOBA EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	7
EGP MODELO I EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	5
EGP MODELO II EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP MORRO DO CHAPEAU I EOLICA	Março de 2023	-	1	-	8
EGP MORRO DO CHAPEAU II EOLICA	Março de 2023	-	1	-	8
EGP PAU FERRO EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP PEDRA DO GERONIMO EOLICA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP PRIMAVERA EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	4
EGP SAO ABRAAO EOLICA SA	Março de 2023	-	1	-	4
EGP SAO GONCALO 1	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 10	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 14	Março de 2023	-	1	-	8
EGP SAO GONCALO 15	Março de 2023	-	1	-	8
EGP SAO GONCALO 17	Março de 2023	-	1	-	7
EGP SAO GONCALO 18	Março de 2023	-	3	-	7
EGP SAO GONCALO 19	Março de 2023	-	1	-	8
EGP SAO GONCALO 2	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 21	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 22	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 3	Março de 2023	-	4	-	9
EGP SAO GONCALO 4	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 5	Março de 2023	-	3	-	9
EGP SAO GONCALO 6	Março de 2023	-	3	-	8
EGP SAO GONCALO II 07	Março de 2023	-	2	-	6

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



EGP SAO GONCALO II 08	Março de 2023	-	2	-	6
EGP SAO GONCALO II 11	Março de 2023	-	2	-	6
EGP SAO GONCALO II 12	Março de 2023	-	2	-	6
EGP SAO JUDAS EOLICA SA	Março de 2023	-	2	-	4
EGP TACAICO EOLICA SA	Março de 2023	-	-	-	2
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 01	Março de 2023	-	1	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 02	Março de 2023	-	1	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 04	Março de 2023	-	1	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 08	Março de 2023	-	1	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 11	Março de 2023	-	1	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 13	Março de 2023	-	-	-	7
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 16	Março de 2023	-	2	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 17	Março de 2023	-	2	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 18	Março de 2023	-	2	-	8
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 19	Março de 2023	-	-	-	7
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 22	Março de 2023	-	-	-	7
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 26	Março de 2023	-	-	-	7
EGP VENTOS DE SAO ROQUE 29	Março de 2023	-	-	-	5
EGP VENTOS SANTA ANGELA 01	Março de 2023	-	2	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 02	Março de 2023	-	2	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 03	Março de 2023	-	3	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 04	Março de 2023	-	2	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 05	Março de 2023	-	2	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 06	Março de 2023	-	2	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 07	Março de 2023	-	3	-	5
EGP VENTOS SANTA ANGELA 08	Março de 2023	-	4	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 09	Março de 2023	-	5	-	9
EGP VENTOS SANTA ANGELA 10	Março de 2023	-	6	-	8
EGP VENTOS SANTA ANGELA 11	Março de 2023	-	5	-	9
EGP VENTOS SANTA ANGELA 14	Março de 2023	-	5	-	9
EGP VENTOS SANTA ANGELA 15	Março de 2023	-	5	-	9
EGP VENTOS SANTA ANGELA 17	Março de 2023	-	2	-	10
EGP VENTOS SANTA ANGELA 19	Março de 2023	-	1	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 20	Março de 2023	-	4	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA 21	Março de 2023	-	3	-	6
EGP VENTOS SANTA ANGELA ACL 12	Março de 2023	-	1	-	5
EGP VENTOS SANTA ANGELA ACL 13	Março de 2023	-	1	-	5
EGP VENTOS SANTA ANGELA ACL 16	Março de 2023	-	1	-	5
EGP VENTOS SANTA ANGELA ACL 18	Março de 2023	-	1	-	5
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 08	Março de 2023	-	1	-	4
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 13	Março de 2023	-	1	-	7
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 15	Março de 2023	-	-	-	10
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 16	Março de 2023	-	1	-	7
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 17	Março de 2023	-	2	-	9
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 21	Março de 2023	-	1	-	7
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 22	Março de 2023	-	1	-	7
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 25	Março de 2023	-	1	-	4
EGP VENTOS SANTA ESPERANCA 26	Março de 2023	-	1	-	7
EGP ZEUS II-DELFINA VIII	Março de 2023	-	5	-	6
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 03 S.A.	Março de 2023	-	-	-	9
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 05 S.A.	Março de 2023	-	2	-	9
Enel Green Power Ventos de Sao Roque 06 S.A.	Março de 2023	-	-	-	7

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Enel Green Power Ventos de Sao Roque 07 S.A.	Março de 2023	-	-	-	7
ENEL SOLUCOES ENERGETICAS LTDA	Março de 2023	-	-	-	1
Enel Green Power Volta Grande	Março de 2023	-	29	-	145
AMPLA ENERGIA E SERVICOS SA	Março de 2023	-	(79)	-	1.418
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	Março de 2023	-	(37)	-	1.103
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO	Março de 2023	-	-	-	4.465
		-	<b>91</b>	-	<b>7.962</b>
<b><u>Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura</u></b>					
COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA	Fevereiro de 2024	-	(819)	-	-
ELETROPAULO	Fevereiro de 2024	-	(1.151)	-	-
		-	<b>(1.970)</b>	-	-
<b><u>Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM</u></b>					
Enel Iberoamericana	Março de 2023	-	(265)	-	-
		-	<b>(265)</b>	-	-
<b><u>Mútuo</u></b>					
AMPLA ENERGIA E SERVICOS SA	Outubro de 2025	277.050	210.064	26.527	7.793
		<b>277.050</b>	<b>210.064</b>	<b>26.527</b>	<b>7.793</b>
<b>Total</b>		<b>277.050</b>	<b>207.920</b>	<b>26.527</b>	<b>15.755</b>

### (a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 6 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

### (b) Mútuo

Referem-se a contratos de mútuos a receber (empréstimos concedidos). Os detalhes dessas transações estão descritas na nota explicativa nº 6.

### Remuneração da Administração

A Companhia não teve gastos com remuneração do Conselho de Administração e dos administradores em 31 de dezembro de 2024 e 2023, dado que a mesma não possui mais diretores estatutários desde março de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



### 19. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

#### Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

#### 19.1. Instrumentos financeiros

##### 19.1.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível (a)	31.12.2024		31.12.2023		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	11.304	11.304	30.479	30.479
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	38	38	12.024	12.024
Mútuo a receber	Custo amortizado	2	947.531	941.253	867.408	867.408
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	Custo amortizado	2	-	-	106	106
Depósitos vinculados	Custo amortizado	2	25.046	25.046	24.351	24.351
<b>Total do ativo</b>			<b>983.919</b>	<b>977.641</b>	<b>934.368</b>	<b>934.368</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	Custo amortizado	2	2.103	2.103	6.213	6.213
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	-	-	903	903
<b>Total do passivo</b>			<b>2.103</b>	<b>2.103</b>	<b>7.116</b>	<b>7.116</b>

(a) Conforme detalhado na nota explicativa 19.1.2 Hierarquia do valor justo

### Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

### **19.2. Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da  *Holding* (Enel SpA), que estabelece as normas para a gestão de riscos por meio das respectivas políticas, procedimentos, sistemas etc. Essas diretrizes são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, abrangendo os processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Este sistema é supervisionado pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e o sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Existe uma política específica de controle e gestão de riscos aplicável à Enel Brasil e suas subsidiárias, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aderindo aos requisitos locais em matéria de gestão de riscos.

Adicionalmente, existem procedimentos organizacionais na Companhia que abordam a gestão de riscos de forma abrangente, os quais complementam outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos nas funções corporativas ou nas linhas de negócio do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, sendo elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros), política de mudanças climáticas, dentre outras.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros, estratégicos, governança e cultura, tecnologia digital, *compliance* e operacional; e 38 (trinta e oito) subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

#### **a) Estrutura de gerenciamento de riscos**

O Grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos que possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela  *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisionar a gestão e controle de riscos.

O sistema de controle e gestão de risco da Companhia é composto por três linhas de defesa, visando alcançar uma gestão eficaz e eficiente, nas quais as áreas de negócio é a primeira linha de defesa, a área de Controle de Riscos e Controles Internos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna, atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura de governança mais ampla da organização. Elas têm a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo a alta administração informada pela primeira e segunda linhas de defesa, e o Conselho de Administração (Diretores), por sua vez, pela segunda e terceiras linhas de defesa.

A área de *Risk Control Brazil* (Controle de Riscos Brasil) possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos, onde o principal objetivo é identificar de forma preventiva riscos (endógenos e exógenos), analisar, avaliar e quantificar o impacto e a probabilidade de materialização destes riscos, dentro do processo de avaliação de riscos, bem como realizar o devido tratamento por meio da definição de ações de mitigação e planos de ação em conjunto com as áreas de negócio e seus respectivos *Risk Owners* (Proprietários dos Riscos), com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro da estrutura organizacional da Companhia, o processo de gestão de riscos é descentralizado, ou seja, cada gestor responsável pelo processo de negócio no qual o risco se origina também é responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação deste risco.

#### **(a) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **(b.1) Risco de crédito**

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes.

No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### **(b.2) Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações.

##### **(b.3) Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

### **(b.4) Riscos de mercado**

#### **(b.4.1) Riscos de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas ao pagamento de fornecedores no mercado.

#### **b.4.2) Risco de câmbio**

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos com partes relacionadas indexados a estas moedas.

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quando o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);